

1
2 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

3
4 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
5
6 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

7
8
9
10 **Ata da quadragésima terceira reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento**
11 **Territorial do Litoral Paranaense. Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois**
12 **mil e quatro, às quatorze horas,** no Município de Curitiba, no auditório Deputado Luiz
13 Gabriel Sampaio, na Assembléia Legislativa do Estado da Paraná, reuniram-se os membros
14 do Conselho Pleno. Fizeram-se presentes: representante da Presidência do Conselho de
15 Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, e Diretor Geral da Secretaria de Estado do
16 Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. **Hélio Dutra de Souza** ; Membro efetivo, Secretário
17 de Estado do Turismo, Sr. **Celso de Souza Caron**; Suplente da Secretaria de Estado dos
18 Transportes, Sr. **Terufumi Katayama**; Membro suplente, representando a Secretaria de
19 Estado do Desenvolvimento Urbano, Sr. **Luiz Forte Netto**; Membro suplente da
20 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Sr. **Arnaldo José de Souza**
21 **Abud**; Membros titular e suplente, representantes da Prefeitura Municipal de Paranaguá,
22 Sr. Mario Manoel das Dores Roque e Sra. **Vânia Pessoa Rodrigues Foes**; Membros
23 titular e suplente, representantes da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, Sr. **José**
24 **Antonio da Silva** e Sr. **Jackson César Bassfeld**; Titular representante da Categoria das
25 Associações Comunitárias II, Sr. **Luiz Carlos de Lima**; Titular do CREA – PR, Sr.
26 **Agostinho Celso Zanello de Aguiar**; Membro titular representante de Associação
27 Comunitária, Sr. **Fernando Boscardin**, Suplente representante da Prefeitura Municipal
28 de Antonina, Sr. **Napoleão Peluso Júnior**; Titular representante da Categoria dos
29 trabalhadores, Sra. **Luceli Paranhos Santana**; Titular representante das Entidades
30 Ambientistas, Sr. **Luis Pilotto Junior**; e Titular representante da Construção Civil,
31 Incorporadoras e Mercado Imobiliário, Sr. **Carlos Paulino**. Registrou-se outras presenças
32 conforme lista de participantes anexa ao presente relato. Mediante quorum parcial, em
33 função da ausência de outros conselheiros que estavam a caminho, e ainda, na ausência
34 do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense e
35 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Luiz Eduardo Cheida, deu-
36 se por iniciada a reunião com consulta quanto a sua presidência, que ficou com o
37 Secretário de Estado do Turismo, Sr. Celso de Souza Caron, que determinou a condução
38 dos trabalhos ao Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do
39 Litoral Paranaense, Sr. José Álvaro da Silva Carneiro, que solicitou aos Conselheiros
40 presentes uma inversão de pauta, deixando as matérias com exigência de quorum para o
41 final da reunião, iniciando-se os trabalhos com a apresentação do Plano Diretor de Pontal
42 do Paraná. Para tal concedeu a palavra ao Prefeito Municipal de Pontal do Paraná Sr.
43 José Antonio da Silva para fazer a introdução do tema. Fazendo um breve histórico das
44 decisões e dificuldades correlacionadas ao Plano Diretor, o Prefeito resgatou as vocações
45 e intenções de seu município e da necessidade de apreciação e aprovação da proposta
46 com urgência, solicitando uma reunião extraordinária em um mês, para que os integrantes
do Conselho Pleno possam avaliar as propostas e o exame do Conselheiro Relator, e
submetê-las à votação. Ainda mencionou a integralidade da presente proposta, com
referência à setorização de marinas e em relação aos programas federais com apoio
estadual como o Projeto Orla e o Zoneamento Econômico-Ecológico Marinho. Na
sequência a arquiteta coordenadora da nova proposta do Plano Diretor Participativo de
Pontal do Paraná, Sra. Carmem Terezinha Leal, promoveu uma apresentação detalhada
do projeto. Em seguida, e mediante quorum necessário, o Sr. José Álvaro Carneiro,
apresentou o Termo de Ajuste de Conduta do Terminal de Containers de Paranaguá, com
a interveniência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, do

13
14
15
16
17
18
19
20
21
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92

22
23
24

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

COLIT e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), detalhando as medidas compensatórias por realizar no Município de Paranaguá e que totalizam R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com distribuição conforme segue: **A** – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para projetos correlacionados ao início do saneamento ambiental do “Lixão do Embocuí”, como a cerca no perímetro, recuperação da balança e portaria, projeto de organização social dos Moradores da Vila Santa Maria e execução do referido projeto; **B** – R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) para programas ambientais da APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina), como o projeto do Parque Aduaneiro e o desenvolvimento de projetos ambientais de responsabilidade do Porto; **C** – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para investimento no Parque Nacional Saint-Hilaire / Lange com composição a ser definida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis); e **D** – R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para projeto e posterior execução da recuperação de trilhas, principalmente no Morro do Boi e no acesso aos canhões no alto da Fortaleza, na Ilha do Mel. O Sr. José Álvaro ressaltou a importância da Regularização Ambiental do TCP (Terminal de Containers de Paranaguá), que inclui uma Auditoria Ambiental, um PCA (Plano de Controle Ambiental) e as medidas compensatórias apresentadas, cujo valor total foi fixado considerando-se 1,5% (um e meio por cento) do investimento no empreendimento. Segundo o Secretário Executivo, este é um importante precedente para as demais empresas hoje em situação irregular perante os órgãos ambientais. Tão logo concluída a apresentação, as propostas foram submetidas ao debate. A primeira intervenção, efetuada pelo Sr. Luis Pilotto Júnior, questionou os recursos voltados para a Ilha do Mel, pois insuficientes para a obtenção de resultados, dizendo haver urgência de reparos não apenas em trilhas, mas também no trapiche de Nova Brasília, que está penso. Outra proposta, encaminhada pelo Conselheiro Jackson (Pontal do Paraná), sugeriu uma inversão de valores entre os recursos a serem destinados ao PARNA e a Ilha do Mel. O Conselheiro Fernando Boscardin (Associações Comunitárias) indagou quanto a ausência de projetos detalhados para a utilização dos recursos apontados, mencionando necessária a apresentação dos mesmos. O Conselheiro Luiz Forte Netto solicitou aos presentes que compreendessem a escassez de recursos e confiassem na proposta pré-definida pelas instituições envolvidas, recebendo imediato apoio do Prefeito de Pontal. O Conselheiro Caron levantou a possibilidade da totalidade dos recursos serem destinados à grave questão de resíduos de Paranaguá, pelas limitações que traz ao desenvolvimento do turismo local. O Conselheiro Arnaldo José (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral), questionou o fato de que o Parque Aduaneiro pudesse ser percebido como medida compensatória, no que foi seguido por comentário do Conselheiro Pilotto que disse ser a área coberta por manguezais. O Secretário Executivo esclareceu que em análise multitemporal sobre a área do Porto, usando fotos aéreas a partir de 1953, constata-se em primeiro lugar, que o local em questão não foi (em cem por cento) e não é (em noventa e cinco por cento) mangue, como se demonstra por fotos existentes, que evidenciam o aterro de forte impacto ambiental nas últimas décadas, cujas bordaduras (cerca de cinco por cento), foi tomada por vegetação típica de manguezal. Em segundo, que o projeto é compensatório na medida em que busca correção de problema ambiental criado pelo Porto no passado e terceiro, que as diretrizes usadas para buscar a convergência de interesses entre a cidade e o Porto, criam condições inéditas para Paranaguá, justificando dessa forma, a destinação dos recursos. O Conselheiro Arnaldo José não se considerou satisfeito com a

25

26 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

27

28

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

30

31

32

33

93 explanação, no que foi aparteado pelo Conselheiro Luiz Forte, que defendeu a criação do
94 Parque Aduaneiro como medida compensatória, haja visto os problemas ambientais de
95 décadas que o Porto traz para a cidade. A representante do IBAMA, Engenheira Maria
96 Carolina Portes, fez defesa dos investimentos no Parque Nacional, mencionando suas
97 montanhas e cachoeiras, e ainda as cabeceiras das águas que abastecem boa parte das
98 famílias do litoral. Todos os questionamentos foram esclarecidos pelo Sr. José Álvaro que
99 ressaltou que o escopo das compensatórias apontam para a solução de um velho
100 problema (o Lixão do Embocuí), para projeto especial que contempla simultaneamente os
101 interesses do Porto e da Cidade, e para a vocação turística que pretense-se estimular no
102 Município, com a indicação de recursos para o Parque Nacional e para a Ilha do Mel,
103 assumindo a responsabilidade em enviar aos Conselheiros as justificativas para a
104 determinação das compensatórias, conforme solicitação do Conselheiro Arnaldo José.
105 Após exauridas as dúvidas e sugestões elencadas, uma primeira votação foi
106 encaminhada para definir se os conselheiros se julgavam aptos ou suficientemente
107 informados para posicionarem-se em relação aos recursos e suas aplicações, resultando
108 em sete votos favoráveis e seis contrários, pois um dos Conselheiros não estava em
109 plenário. Encaminhou-se à votação, as opções: de aprovação da proposta em sua íntegra
110 ou pela re-distribuição dos recursos. Entre os quatorze conselheiros presentes, deliberou-
111 se por oito votos a favor a aprovação da proposta original, ficando aceitas portanto as
112 compensatórias descritas nesta ata. Considerando a inversão de pauta, foi levantado
113 junto aos presentes se haveria alguma questão por esclarecer quanto À Pontal do Paraná e
114 a proposta do Plano Diretor. O Conselheiro Paulino cedeu direito de voz ao Sr. Jackson
115 Jansen, proprietário de grande terreno em ZPA – Zona de Proteção Ambiental, que
116 sugeriu modificações nas propostas apresentadas , conforme carta que protocolou junto a
117 SEDU (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano), Prefeitura de Pontal do
118 Paraná e Conselho do Litoral. O Secretário Executivo se comprometeu a avaliar
119 formalmente as propostas. Na seqüência o Sr. José Álvaro Carneiro, proferiu a leitura da
120 Ata referente à quadragésima segunda reunião ordinária do Conselho Pleno, sendo a
121 mesma aprovada por todos estarem em pleno acordo com o texto apresentado e lido. Eu,
122 José Álvaro Carneiro, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial
123 do Litoral Paranaense, assino a presente ata juntamente com o Senhor Luiz Eduardo
124 Cheida, Presidente do Conselho. Curitiba, Secretaria de Estado do Desenvolvimento
125 Urbano, 27 de julho de 2004.

126

127 LUIZ EDUARDO CHEIDA

128

129

130 JOSÉ ÁLVARO CARNEIRO

131

34

35

36